

EDITAL Nº: 1000000153

OBJETO: AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE DEFENSAS DE BORRACHA E TODOS OS ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA

ASSUNTO: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE Nº153/2025 - ANDINO

À

COLIC,

Em resposta ao pedido de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº1000000153/2024 enviado pela empresa ANDINO LTDA, encaminham-se abaixo os esclarecimentos aos pedidos solicitados.

1. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A EXIGÊNCIA DOS TERMOS APRESENTADOS NA HABILITAÇÃO

Conforme apresentado pela ANDINO, o pedido de impugnação exposto visa contestar o item 19.2.6. do Termo de Referência, e não o item 11.5.1.2 como equivocadamente descrito.

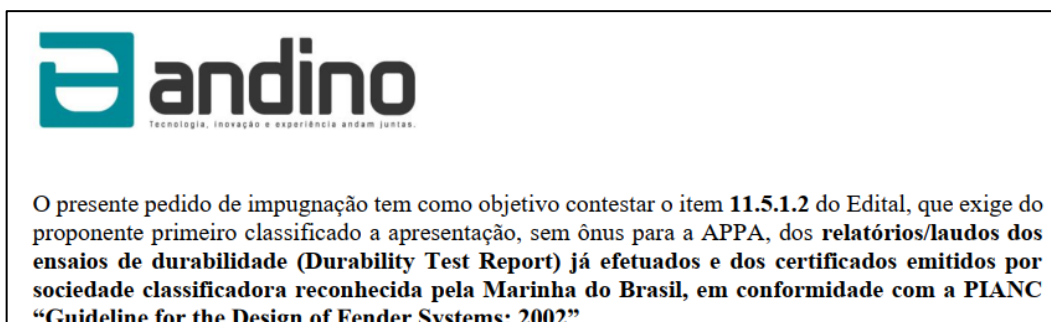


Figura 1: Recorte do pedido de impugnação.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



PRESIDÊNCIA

19.2.6. O PROPONENTE primeiro classificado deverá, sem ônus para APPA, apresentar os relatórios/laudos dos ensaios de durabilidade (Durability Test Report) já efetuados e também os certificados emitidos por sociedade classificadora reconhecidas pela Marinha do Brasil, demonstrando que as defensas propostas não apresentaram sinais de ruptura, indicando a quantidade de ciclos de compressão executados em cada ensaio, e com comprovação até a deflexão máxima nominal da mesma sem que tenham ocorrido falhas ou danos à peça, em conformidade com a PIANC “Guideline for the design of Fender Systems: 2002”.

Figura 2: Recorte do Termo de Referência (item 19.2.6.).

No que tange o item 19.2.6. do Termo de Referência, tem-se o seguinte.

Por definição, defensas são utilizadas em Portos para absorver parte da energia de atracação dos navios no cais, além de manter estes navios afastados com segurança das estruturas portuárias enquanto amarrados (adaptado de *Guidelines for Design of Fenders System* - PIANC, 2002) – logo, possuem uma interação direta entre o a infraestrutura portuária e o navio.

Um fator de grande importância na utilização de defensas é a própria segurança a qual ela está relacionada. O emprego de defensas portuárias adequadas garante segurança às pessoas que trabalham no entorno (e.g. amarradores de navios), mas também atuam na prevenção de danos a infraestrutura civil portuária, danos ao próprio navio e danos ao meio-ambiente (adaptado de *Guidelines for Design of Fenders System* - PIANC, 2002).

Conforme apresentado no próprio site da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (<https://www.marinha.mil.br/dpc/sociedades-classificadoras#topbar>), as sociedades e entidades classificadoras são organizações reconhecidas com Delegação de Competência estabelecida de acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



PRESIDÊNCIA

Classificadoras para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro – NORMAM 06, na implementação e fiscalização da correta aplicação dos requisitos das Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil e Normas Nacionais pertinentes, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental.

Extrai-se da NORMAM-06/DPC, item 0201 que:

*“O reconhecimento para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira será relativo à **realização de testes**, medições, cálculos, vistorias, **inspeções**, auditorias em empresas de navegação, embarcações e **estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas** e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, **previstos nas Convenções e Códigos Internacionais e nas demais normas nacionais aplicáveis.**”*

Diante do exposto, uma vez que defensas portuárias são elementos os quais desempenham função primordial na segurança das operações portuárias, navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental, a não exigência exclusiva de certificados emitidos por sociedades classificadoras reconhecidas pela Marinha do Brasil incumbiria em descumprimento às Normas da Autoridade Marítima, as quais esta Autoridade Portuária tem o dever de respeitar, além de possibilitar a participação de proponentes com certificados com grau de confiabilidade comprometido, podendo causar riscos à segurança em relação aos usuários, infraestrutura marítima e meio-ambiente.

Adicionalmente, cabe ressaltar que atualmente há um total de 08 (oito) Sociedades Classificadoras distintas atuantes e reconhecidas pela Marinha do Brasil. De modo que as certificações reconhecidas por quaisquer uma destas sociedades serão suficientes para o pleno atendimento dos critérios elencados.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



PRESIDÊNCIA

2. CONCLUSÃO

Da análise da impugnação apresentada e consoante fundamentação colacionada a esta avaliação, pode-se sugerir que:

- a) Mantém-se os termos apresentados do item 19. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO do Termo de Referência;

Paranaguá, 18 de março de 2025

Atenciosamente,

Willian Kienen Fronza

Coordenador de Infraestrutura Portuária

João Jardim Vila Verde

Gerente de Engenharia Marítima

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



COMUNICAÇÃO INTERNA 1886/2025.

Documento: **Resposta_Impugnacao_GMAR_v00.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **João Luiz Jardim Vila Verde (XXX.785.034-XX)** em 18/03/2025 15:05.

Assinatura Simples realizada por: **Willian Kienen Fronza (XXX.973.309-XX)** em 18/03/2025 15:05.

Inserido ao documento **1.345.576** por: **Willian Kienen Fronza** em: 18/03/2025 15:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
35c7272eabe9048ef98b09fef27f87ec.